

Gênero nas interseções: classe, etnia e gerações. ST 34

Joseli Maria Silva

UEPG

Palavras-chave: geografia - gênero - pobreza

Espaço, gênero e pobreza como elementos de análise das políticas de desenvolvimento urbano.

A interseção entre gênero e espaço tem sido uma abordagem pouco comum no campo das ciências sociais. A geografia brasileira, ciência que privilegia a dimensão espacial das relações sociais, apresenta resistências na utilização do conceito de gênero, ao passo que várias ciências sociais, que já avançaram no uso do conceito, têm negligenciado o espaço enquanto elemento da existência humana e, portanto, instituidor das relações de gênero. Este trabalho explora a análise de gênero na geografia e evidencia a potencialidade do uso do conceito de espaço pelas demais ciências sociais. Além disso, investiga o crescente número de domicílios chefiados por mulheres pobres na periferia de uma cidade de médio porte no estado do Paraná. O tema desta investigação amplia as relações entre espaço e gênero, potencializando a compreensão da complexidade espacial contemporânea.

A geografia e a análise de gênero.

Embora no Brasil a geografia tenha avançado muito pouco em suas análises de gênero, nos países anglo-saxões a chamada “geografia feminista” tem impactado sobre a disciplina como um todo e contribuído com outras ciências sociais desde os anos 70 e de forma mais expressiva nos anos 90. Um interessante trabalho realizado por uma equipe de geógrafas elaborou um quadro da evolução do campo da geografia feminista naqueles países, procurando responder quais são as principais teorias, conceitos e métodos utilizados neste sub-campo da ciência geográfica. Com base no trabalho de Oberhauser et. all (2003) procuro relatar aqui, de forma sintética, o movimento da ciência a partir dos centros universitários norte americanos e europeus e de como a geografia brasileira tem desenvolvido seus próprios caminhos envolvendo as temáticas de gênero.

Enquanto na década de 90 nos países centrais foram publicados muitos livros e vários currículos de cursos universitários de Geografia passaram a incluir a abordagem de gênero, no Brasil a discussão está restrita ao Simpósio de Espaço e Cultura, à eventos multidisciplinares e, de forma recorrente, nos encontros próprios de geografia estão deslocados dos eixos propostos. De qualquer forma, após a quebra da hegemonia da vertente da Geografia Crítica, com bases marxistas, pode-se dizer que a pesquisa de geografia feminista tem sido o aspecto crítico de muitas áreas da ciência geográfica. O objetivo da produção dessa década está comprometido no aprofundamento da compreensão das relações de gênero e espaço e no fornecimento de um conhecimento que seja útil na luta para

equidade social.

Sem esboçar uma idéia etapista desse campo da ciência o quadro que segue organiza as principais tradições da pesquisa da geografia feminista, considerando a abordagem teórica dominante, as referências metodológicas e os temas de pesquisa selecionados. O objetivo é representar um quadro geral de modificação de idéias que tem construído e materializado esse campo científico, mais especificamente nos anos 90.

TRADIÇÕES NA PESQUISA GEOGRÁFICA FEMINISTA

Perspectivas	Abordagens teóricas	Referências metodológicas	Tópicos selecionados para pesquisa
Mulheres na geografia	“recenseamento” das mulheres; a geografia das mulheres; empirismo <i>feminista</i> ;	Mapeamento de padrões espaciais de atividades das mulheres e desafio da perspectiva positivista	Mulheres e a cidade; Mulheres e emprego; Mulheres e desenvolvimento;
Feminismo Socialista	feminismo socialista; marxismo; gênero e desenvolvimento;	Materialismo histórico; Combinação de teoria e prática;	Relações entre patriarcado e capitalismo; Estruturas sócio-espaciais da casa e local de trabalho; Papéis de Gênero no Terceiro Mundo;
Terceiro mundo/ feminismo e políticas da diferença	Pós - estruturalismo; Pós - colonialismo; Teoria racial;	Análise de discurso; Pesquisa Participativa; Histórias de vida; Políticas de trabalho de campo;	Desafio às formas absolutas e eurocêtricas do conhecimento; Planejamento e desenvolvimento de gênero; Diferenças no curso de vida;
Feminismo e “nova” geografia cultural	Teoria “Queer” Pós-modernismo; Teoria Psicanalítica; Representação Cultural	Posicionalidade e reflexibilidade; Análise textual; Narrativas; Etnografia	Produção do conhecimento é relacional; Espaço e sexualidade; O corpo e as políticas de identidade; Espaços imaginários e simbólicos;

Fonte: Johnston et al.2000; Jones, Nast and Roberts 1997; WGSG 1997 apud OBERHAUSER, Ann M., RUBINOFF, Donna, BRES, Karen De, MAINS, Susan and POPE, Cindy 2003.

A tradição empirista preocupou-se em construir a visibilidade das mulheres no espaço, categoria chave da ciência geográfica. Foram fundamentais os levantamentos quantitativos, os mapeamentos

de fenômenos envolvendo o universo feminino e, principalmente, a crítica à objetividade e a neutralidade de determinadas formas de conhecimento e da produção da ciência geográfica, hegemonicamente androcêntrica.

A geografia feminista tem desafiado as bases do conhecimento geográfico e tem se esforçado por construir uma postura crítica que envolve a epistemologia e a metodologia como um campo de forças desiguais entre homens e mulheres, tal como realiza McDowel (1992), evidenciando as dimensões sociais, econômicas e espaciais das experiências vividas pelos pesquisadores e suas relações na construção das agendas de pesquisa e de como elegem os conceitos do conhecimento hegemônico.

Como pode ser observado no quadro apresentado, a geografia feminista conta com uma complementaridade de múltiplos métodos de pesquisa que são apropriados a partir de contextos e finalidades a serem atingidas. Contudo, a abordagem da nova geografia cultural tem sido um campo fértil de evolução da geografia feminista. Bondi (1992) destaca as simbologias 'invisíveis' na paisagem urbana contemporânea que são compartilhadas e sustentam os distintos e assimétricos papéis de gênero. Bondi e Domosh (1992) realizam uma crítica aos dualismos, à doutrina da separação das esferas masculinas e femininas e os conflitos entre os usos os usos dos espaços públicos e privados. Rose (1993), através de seu potente conceito de “espaço paradoxal”, propõe caminhos que entrelaçam raça, classe, gênero e sexualidade, privilegiando a identidade múltipla e a plurilocalização sócio-espacial do sujeito feminino.

A geografia feminista tem contribuído sensivelmente com a geografia cultural contemporânea através da incorporação de gênero, identidade e representação no espaço social. Marcante nessa contribuição foi o avanço da ciência com a integração das abordagens pós-coloniais, pós-estruturalistas e as teorias gays e lésbicas de identidade e espaço. O foco das discussões tem sido a interseção entre identidade / espaço / poder, notadamente nos trabalhos cuja abordagem revela elevada atenção para as transformações de identidades relacionadas com os diferentes espaços que podem instituir diferentes performances de corpo. Várias pesquisadoras geógrafas, como Massey (1991), estão constantemente refletindo sobre a complexidade que envolve as identidades fluidas e sua relação com o espaço, argumentando que ambos os termos são inseparáveis e simultaneamente (re) criados discursivamente.

Uma significativa parcela de trabalhos de geógrafas (os) tem dedicado atenção para compreender os caminhos em que certos corpos são marcados como sendo diferentes ou marginais e também os tem associado com locais particulares, enquanto outros corpos, julgados normais e neutros, podem ser onipresentes e desenvolver qualquer espacialidade. Pautados no trabalho de Foucault e nos estudos “queer”, geógrafos feministas tem explorado as relações entre a sexualidade e espaço para revelar a vasta disposição de negociação constante entre corpos e lugares.

No Brasil a produção de geografia e gênero é bastante incipiente, se comparada às demais ciências sociais. Um levantamento realizado na Plataforma Lattes do CNPQ, aponta que o número de pesquisadores, além de reduzido, é disperso e não constitui uma rede de pesquisa. Expressiva foi a produção de Rosa Ester Rossini que desde a década de 80 vem sistematicamente pesquisando na área de geografia e gênero, com foco voltado para a exploração da força de trabalho feminina, tanto nas atividades rurais como urbanas (ROSSINI, 1993, 2004). Recentemente, o gênero tem sido enfoque de várias teses de doutorado. Um trabalho voltado para a educação geográfica e gênero é desenvolvido por Tonini (2002). Garcia (2004) dedicou sua tese de doutorado para a análise de gênero na luta pela terra no Pontal do Paranapanema e Silva (2004) realizou recentemente seu doutorado na área de trabalho informal e gênero. Na área de espaço urbano e gênero tem sido interessante a produção do Grupo de Estudos Territoriais que desenvolve a compreensão da pobreza urbana feminina e norteia uma rede de pesquisas em andamento e que deram origem à exploração a seguir. Enfim, a geografia brasileira tem pela frente importantes desafios teóricos e conceituais, além de conquistar espaços de discussão acadêmica e luta político-institucional. A seção seguinte explora a relação entre espaço e gênero como categorias de análise indissociáveis e complementares.

Gênero e o espaço cotidiano feminino na periferia pobre de Ponta Grossa.

Iniciei minha pesquisa com uma questão de partida voltada para a compreensão das relações que marginalizam parte da população urbana feminina ao acesso de bens produzidos na cidade e, para isso, tomei como referencial empírico de reflexão Ponta Grossa – PR. Do total de 74.080 domicílios, 24,3% são de responsabilidade feminina e 58,5% destas mulheres chefes de família recebem abaixo de dois salários mínimos. Ao espacializar os dados do IBGE (2000) na base cartográfica da cidade, verificou-se que a maioria dessas famílias habitam áreas de ocupação irregular - fundos de vale - e periferia de baixa renda, caracterizadas por precariedade de infraestrutura. A constatação desta espacialidade deu início à problematização que vem sendo investigada por um grupo de pesquisadores.

A noção do espaço urbano enquanto produto e condição das relações sociais de produção não seria suficiente para dar visibilidade às mulheres enquanto sujeitos capazes de resistir à dominação masculina e construir novas lógicas de produção do espaço urbano. Assim, adotou-se o postulado de Rose (1993), que propõe uma perspectiva geográfica contestadora do poder instituído, tornando visível a resistência feminina. Ao compreender gênero como um conceito / representação e, assim, diferenciado espacial, temporalmente e em permanente processo de redefinição, foi preciso também considerar que o gênero feminino não comporta todas as variações identitárias das mulheres e,

portanto, a identidade feminina é plural e re-elaborada constantemente.

Assim, depois de eleger os setores censitários nos quais a concentração de mulheres chefes de família era expressiva, foi necessário realizar outro procedimento metodológico, pois, se o sujeito tomado por base possui uma identidade plural, permanentemente re-elaborada, foi preciso especificar qual o grupo de interesse focal para que se pudesse iniciar o trabalho exploratório. É importante esclarecer que o recorte social / espacial é, portanto, parte instituinte do modelo de análise para compreender como o espaço constitui identidades e, ao mesmo tempo, as comporta.

O grupo focal estabelecido constitui-se das mulheres chefes de família cujos domicílios estão localizados em áreas irregulares e de baixa qualidade de serviços e infra-estrutura, que possuem crianças menores de quatorze anos sob sua tutela, renda inferior à dois salários mínimos e baixa escolaridade, ou seja, com até o ensino fundamental completo. O estabelecimento deste grupo focal se deu pelo alto potencial de reprodução ampliada da pobreza que ele representa, já que os filhos, em geral, substituem o papel desempenhado pelo ex-cônjuge no suprimento das necessidades básicas da família e, sendo assim, as possibilidades de acesso a melhor escolaridade e trabalho acabam sendo frustradas.

Em Ponta Grossa, 58,3% das mulheres responsáveis por domicílio se enquadram na faixa salarial entre zero à dois salários, enquanto que a proporção dos homens nesta mesma faixa é de 35,3%. Na faixa de renda mais alta, acima de vinte salários, os homens representam 4%, enquanto as mulheres apenas 1,2%. Um dado fundamental que nossas pesquisas revelam é o de que a maioria destas mulheres, ex-esposas, empobreceram quando tornaram-se chefes de família, notadamente porque investiram seu tempo de existência em determinados campos da vida como a maternagem e o cuidado com a reprodução familiar e deixaram de investir em sua formação profissional. Um dado interessante é que 58,5% das entrevistadas justificam o abandono da escolaridade para cuidar dos filhos e por proibição dos ex-esposos, como aponta Nabozny (2005). Esse fator impacta sobre a possibilidade das mulheres gerarem renda de forma diferenciada dos homens que, em geral, não fazem estas concepções na vida familiar.

As estatísticas generalizantes e, também expressivas da difícil condição dessas mulheres chefes de família, são resultados reveladores de fatos cotidianos construídos lentamente nas relações do espaço privado, familiar e de vizinhança. Elas acabam exercendo a função de chefes de família sem, no entanto, ter construído ao longo de sua vida uma formação identitária com esse papel. Ornat (2005) demonstra que as mulheres de baixa renda, em geral, possuem uma vivência reduzida do espaço total da cidade, desenvolvem deslocamentos menos extensos e frequentes do que os estabelecidos pelos homens dos mesmos locais.

Nas áreas tomadas como referencial de reflexão é acentuada a precariedade de infra-estrutura e serviços, o que não constitui propriamente uma novidade numa sociedade marcada por profundas

disparidades de rendimento e investimentos públicos. Prochner (2004) aponta que 78% das entrevistadas não tem acesso às creches e, sendo assim, contam com vizinhas ou parentes para o cuidado com os filhos. Assim, os problemas enfrentados pelas mulheres têm sido resolvidos muito menos pelos serviços públicos do que por suas redes de solidariedade, notadamente no cuidado com filhos menores, quando elas transferem o papel da maternagem às vizinhas e parentes, para poder gerar renda.

Na vivência do seu espaço cotidiano estas mulheres vivem múltiplas realidades que lhes aparecem como normais, evidentes e, diante delas, têm atitudes naturalizadas, ordenadas e, assim, verifica-se o duplo vínculo no qual paulatinamente o espaço cotidiano institui identidades e, ao mesmo tempo, é constituído por elas. Fazer parte de um espaço assim constituído, altamente dependente das redes de solidariedade, significa gerenciar relações sociais que possuem códigos particulares de trocas. Em geral, são marcadas pela pessoalidade, a qual exerce um controle eficaz sobre os membros de sua coletividade e que se materializa nos espaços de sociabilidade locais, como a escola, a igreja, o posto de saúde.

A vida dessas mulheres esteve centrada no amor, no afeto do grupo familiar, constituído dos filhos e cônjuge. No código civil homens e mulheres conquistaram direitos iguais perante à sociedade, porém esta condição é entremeada por códigos de honra que se sustentam, sobretudo nas redes de solidariedade tecidas nas relações de vizinhança e no espaço cotidiano. É importante dizer nesse momento que os espaços focos da pesquisa não são homogêneos, havendo diferenciados graus de enraizamento e controle das redes de sociabilidade. Afinal, os espaços estudados não são autônomos e fechados em relação ao restante da cidade e abrigam grupos heterogêneos do ponto de vista de sua origem étnica, sexo, idade, procedência.

Assim, afirma-se que estes espaços instituem uma identidade feminina que, além de sua desvantagem econômica, está sujeita à outros códigos de poder e hierarquia que se estabelecem com maior propriedade dentro do contrato do casamento. Os valores de igualdade, liberdade e cidadania são permeados pelos códigos da honra instituídos nas relações cotidianas e altamente reguladas pela coletividade no espaço cotidiano.

As narrativas das proibições masculinas em relação aos deslocamentos realizados pelas mulheres, ao controle do vestuário, locais e horários são regulares em todas as pesquisas atualmente realizadas pelos componentes do Grupo de Estudos. Relevante é a constatação da naturalização dos códigos de honra internalizados pelas próprias mulheres que promovem um processo de auto-regulação. Após o processo de separação, a sensação do direito de ir e vir e ao próprio corpo é o principal ponto positivo apresentado pelas mulheres, conforme Prochner (2004). Institui-se, enquanto valores e regras de conveniência locais, a complementaridade entre o papel provedor masculino e o da mulher 'virtuosa' em relação à sua sexualidade e no cuidado com a família. O controle do espaço

social tem se dado a partir destes códigos e a transgressão feminina resulta, muitas vezes, em violência no espaço privado, como argumenta Maciel (2003) ao estudar as características e a espacialidade da violência contra a mulher na cidade de Ponta Grossa. O fato da mulher não cumprir o papel instituído, significa profanar a honra masculina e perder a respeitabilidade da coletividade e, conseqüentemente, ser excluída das redes de solidariedade, tão necessárias à sobrevivência, notadamente, nestes locais precários de serviços públicos.

Enfim, esta investigação amplia a análise da pobreza da periferia urbana feminina, incluindo as relações de gênero construídas através de representações, poder e identidades e, ao mesmo tempo, torna visível a luta feminina, potencializando a compreensão da complexidade espacial e da construção de políticas públicas contemporâneas.

Referências bibliográficas:

BONDI, L. e DOMOSH, M. Other figures in other places: on feminism, postmodernism and geography. In: *Environment and Planning D: Society & Space*. Great Britain, V. 10, no 2., Ed. Pion Limited: 1992

BONDI, Liz. Gender symbols and urban landscapes. In: *Progress in Human Geography*. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.

MACIEL, Marisol. *A visibilidade da violência contra a mulher em Ponta Grossa – PR: um estudo das características sócio-espaciais segundo a delegacia da mulher*. Monografia, (Graduação em Geografia), UEPG, 2003.

MCDOWELL, Linda. *Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MCDOWELL, Linda. Doing Gender: feminism, feminists and research methods in human geography. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17 – 4, London, 1992.

MASSEY, Doreen. Flexible sexism. In: *Environment and Planning D: Society and Space*. 9, 31-47, 1991.

NABOZNY, Almir. *A participação política e gênero na produção dos espaços de pobreza em Ponta Grossa - PR*. Iniciação Científica. UEPG, Ponta Grossa, 2005.

OBERHAUSER, Ann M., RUBINOFF, Donna, BRES, Karen De, MAINS, Susan and POPE, Cindy. Geographic perspectives on women. In: *Geography in America at the dawn of the 21st century*. Org. Gary L. Gaile and Crt. J. Willmott. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ORNAT, Márcio José. *Pobreza, gênero e deslocamentos espaciais intra-urbanos em Ponta Grossa – PR*. Iniciação Científica. UEPG, Ponta Grossa, 2005.

PROCHNER, Marcilene. *Recente Feminização da Periferia de Baixa Renda em Ponta Grossa-PR: análise da atuação da PROLAR*. Monografia (Especialização em Geografia) – UEPG, Ponta

Grossa:, 2005.

ROSE, Gillian. *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A Mulher Como Força de Trabalho no Campo. *Informações Econômicas*. São Paulo, p. 41-52, 1993.

ROSSINI, R. E. Superando a discriminação: mulher e trabalho na modernidade tecnológica no Brasil. In: Eni de M. Samara. (Org.). *Populações: (con)vivência e (in)tolerância*. 1 ed. São Paulo: Humanitas, v. 4, p. 245-257, 2004

TONINI, Ivaine M . *Identidades Capturadas - gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia*. Tese. (Doutorado em Educação) - . UFRGS, Porto Alegre, 2002.

GARCIA, Maria F. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SILVA, Susana M. V. *Trabajo informal, género y cultura: el comercio callejero e informal en el sur de Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2004.